

Bradespar S.A.

CNPJ nº 03.847.461/0001-92 – NIRE 35.300.178.360 – Companhia Aberta

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021

Data, Hora, Local: Em 15.10.2021, às 10h, de modo exclusivamente digital, nos termos do Parágrafo 2º-A do Artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, tendo sido considerada como realizada na sede da Bradespar S.A. ("Bradespar" ou "Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.450, 9º andar, Bairro Cerqueira Cesar, conforme dispõe o Parágrafo Terceiro do Artigo 4º da Instrução CVM nº 481/2009. **Mesa:** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara. **Quórum de Instalação:** 90,9% do capital social votante. **Presença Legal:** estavam presentes administradores da Companhia e representantes do Conselho Fiscal. **Publicações prévias:** o Edital de Convocação foi publicado em 15, 16 e 17.09.2021, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo - Caderno Empresarial", páginas 14, 7 e 13; e "Valor Econômico", páginas C5, B10 e B9. **Disponibilização de Documentos:** o senhor Presidente informou aos presentes que desde 14.9.2021 encontram-se à disposição dos acionistas e do mercado em geral, nos sites da Companhia (www.bradespar.com.br/Informacoes aos Investidores/Fatos Relevantes), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), além do Edital acima citado, os seguintes documentos: **1)** as propostas do Conselho de Administração para redução do Capital Social e homologação das alterações no valor e no número de ações em que ele se divide; **2)** o Fato Relevante com o detalhamento das características da redução do capital ora proposta, que também discriminou, pormenorizadamente, todas as informações relativas ao aumento do Capital Social, que precedeu a proposta de redução anteriormente citada, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme dispõe o Parágrafo Terceiro do Artigo 6º do seu Estatuto Social, com bonificação em ações, mediante a capitalização de reservas livres existentes, de acordo com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1,295 (um inteiro e duzentos e noventa e cinco milésimos) de nova ação para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de que fossem titulares na data-base de 20.9.2021; e **3)** todas as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, incluindo o Manual para Participação na presente Assembleia. **Procedimentos Preliminares:** Antes de iniciar os trabalhos, o Secretário da Assembleia prestou esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema de participação eletrônica disponibilizado pela Companhia e a forma de manifestação dos acionistas na Assembleia, e informou que (i) os trabalhos da Assembleia seriam gravados, sendo que a cópia da gravação ficará arquivada na sede da Companhia; (ii) os novos documentos que eventualmente viessem a ser apresentados durante a Assembleia, que ainda não tivessem sido disponibilizados publicamente pela Companhia, poderiam ser visualizados simultaneamente por todos os participantes remotos; e (iii) o sistema eletrônico de participação na Assembleia permitia a manifestação dos acionistas sobre os temas objeto da ordem do dia e a comunicação entre si e com a Mesa. **Voto a Distância:** os acionistas participantes da Assembleia dispensaram a leitura do Mapa de Votação Consolidado divulgado ao mercado em 14.10.2021, de acordo com o previsto no Parágrafo Quarto do Artigo 21-W da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada. Relativamente ao disposto no Inciso II do Parágrafo Quinto do citado Artigo 21-W, fica registrado que não houve, por parte dos acionistas participantes, qualquer interesse em alterar o voto proferido a distância. **Deliberações:** Observada a Ordem do Dia da Assembleia, constante do Edital supracitado, os acionistas: **1)** aprovaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, detentores de 111.071.015 ações representativas do capital votante da Companhia, a proposta do Conselho de Administração para reduzir o Capital Social, em conformidade com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, em R\$5.260.000.000,00 (cinco bilhões, duzentos e sessenta milhões de reais), alterando-o de R\$5.760.124.804,30 (cinco bilhões, setecentos e sessenta milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quatro reais e trinta centavos), para R\$500.124.804,30 (quinhentos milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quatro reais e trinta centavos), e a fim de ajustar o valor do capital social da Companhia que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades. Em seguida, esclareceu o senhor Secretário que a redução será concretizada mediante a entrega de investimento de propriedade da Companhia, representado por ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A., companhia aberta, com sede na Praia de Botafogo, 186, 9º andar, Torre Oscar Niemeyer, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 33.592.510/0001-54 ("Vale"), aos acionistas da Bradespar, na proporção de suas respectivas participações societárias no capital social da Companhia, sem distinção entre as ações ordinárias e as ações preferenciais, em quantidade que perfaza o valor total de R\$5.260.000.000,00 (cinco bilhões, duzentos e sessenta milhões de reais), considerando o valor contábil das ações de emissão da Vale, a ser apurado após a divulgação das respectivas informações financeiras trimestrais da Vale e Bradespar, na data-base de 30.9.2021 ("Ações da Vale"); **2)** homologaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, detentores de 111.071.015 ações representativas do capital votante da Companhia, as alterações no valor do Capital Social e no número de ações em que ele se divide, decorrentes dos processos de aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, em 14.9.2021, conforme anteriormente mencionado, e da redução de Capital Social ora aprovada, de modo que, após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para oposição dos credores, previsto no artigo 174 da Lei nº 6.404/76, o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º) O Capital Social é de R\$500.124.804,30 (quinhentos milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quatro reais e trinta centavos), dividido em 393.096.610 (trezentos e noventa e três milhões, noventa e seis mil, seiscentas e dez) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 137.989.898 (cento e trinta e sete milhões, novecentas e oitenta e oitenta e nove mil, oitocentas e noventa e oito) ordinárias e 255.106.712 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e seis mil, setecentas e doze) preferenciais.". O Estatuto Social consolidado passou a fazer parte integrante desta Ata como **Anexo 3)** os acionistas presentes, detentores de 111.071.015 ações representativas do capital votante da Companhia, por unanimidade de votos, concederam autorização, ao Conselho de Administração da Companhia, para tomar todas as providências necessárias à concretização da operação de redução de capital ora aprovada, incluindo, mas não se limitando, à determinação da quantidade de ações de emissão da Vale a ser entregue aos acionistas da Bradespar após a divulgação dos balanços patrimoniais de ambas as Companhias, referentes ao 3º trimestre/2021, sujeito ao limite de R\$5.260.000.000,00, que corresponde ao valor da redução de capital, bem como a consequente fixação da proporção de ações a ser distribuída. Ato contínuo, o Senhor Secretário esclareceu, conforme constou na Proposta da Administração para esta Assembleia Geral, o quanto segue: • o Conselho de Administração da Companhia determinará oportunamente o número de Ações da Vale a ser entregue aos acionistas da Companhia nos termos ora aprovados; • a quantidade de Ações da Vale a ser entregue aos acionistas será sempre em números inteiros, considerando arredondamento para baixo do número inteiro mais próximo; • a Companhia observará o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da Ata desta Assembleia Geral, conforme previsto no Parágrafo Segundo do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76, para que a redução de capital ora aprovada se torne eficaz; • os acionistas da Companhia que se encontrarem inscritos nos seus registros em 16.12.2021 terão direito às ações de emissão da Vale. A partir de 17.12.2021, caso não haja oposição de credores, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas ex-direito ao evento de redução de capital ora aprovada; • os detentores de *Depositary Receipts* (DRs) receberão as Ações da Vale na mesma proporção aplicada aos demais acionistas; • a Companhia divulgará, oportunamente, aviso aos acionistas, para informá-los sobre os procedimentos para operacionalização da redução de capital ora aprovada, inclusive, dentre outros: i. confirmar a data em que as Ações da Vale serão entregues aos acionistas; e ii. informar os documentos que deverão ser entregues pelos custodiantes/representantes legais dos acionistas da Companhia não residentes no Brasil para a apuração do imposto de renda a ser retido na fonte decorrente do ganho de capital por eles eventualmente apurado em decorrência da redução de capital mediante entrega de ações de emissão da Vale, nos termos anteriormente descritos. **Lavratura e Publicação da Ata:** autorizada a lavratura da Ata na forma de sumário, bem como a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas participantes, na forma prevista nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Aprovação e Assinatura da Ata:** lavrada e lida, foi esta Ata aprovada por todos os acionistas participantes. aa) Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara; Administrador: Fernando Jorge Buso Gomes. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Bradespar S.A. a) Luiz Carlos Trabuco Cappi - Presidente; Antonio José da Barbara - Secretário.

Anexo - Bradespar S.A. - Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede - Artigo 1º) A Bradespar S.A., companhia aberta, doravante chamada Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto. **Parágrafo Único -** Com a admissão da Sociedade, em 26.6.2001, no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sujeitam-se a Sociedade, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 (Regulamento do Nível 1). **Artigo 2º)** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Artigo 3º)** A Sociedade tem sede e foro no município e comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Artigo 4º)** Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Sucursais, Filiais, Escritórios e Dependências de qualquer natureza no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho. **Título II - Dos Objetivos Sociais - Artigo 5º)** A Sociedade tem por objeto a participação como sócia ou acionista de outras sociedades. **Título III - Do Capital Social - Artigo 6º)** O Capital Social é de R\$500.124.804,30 (quinhentos milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quatro reais e trinta centavos), dividido em 393.096.610 (trezentos e noventa e três milhões, noventa e seis mil, seiscentas e dez) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 137.989.898 (cento e trinta e sete milhões, novecentas e oitenta e nove mil, oitocentas e noventa e oito) ordinárias e 255.106.712 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e seis mil, setecentas e doze) preferenciais. **Parágrafo Primeiro -** As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores. **Parágrafo Segundo -** As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens: a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade; b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias; c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle. **Parágrafo Terceiro -** A Companhia está autorizada a aumentar o seu Capital Social independentemente de reforma estatutária, por deliberação do seu Conselho de Administração, até o limite de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, guardando ou não proporção entre as espécies ou classes existentes, podendo inclusive, até o limite autorizado, emitir bônus de subscrição, fixando as condições de emissão. **Parágrafo Quarto -** O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas, ou reduzir o prazo de 30 (trinta) dias para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: a) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle. **Parágrafo Quinto -** Nos aumentos de capital, será realizada no ato da subscrição a parcela mínima exigida em lei e o restante será integralizado mediante

chamada da Diretoria, observados os preceitos legais. **Parágrafo Sexto -** Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, no Banco Bradesco S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações. **Parágrafo Sétimo -** Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, ou negociar com opções de venda e de compra referenciadas em ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria e posterior alienação. **Parágrafo Oitavo -** Não será permitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa. **Artigo 7º)** A Sociedade poderá criar ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos. **Parágrafo Único -** As ações preferenciais, com direito a dividendos fixos ou mínimos, quando emitidas, adquirirão direito de voto se a Companhia deixar de pagar os referidos dividendos por três exercícios consecutivos, perdendo tal direito assim que a Companhia voltar a distribuir tais dividendos. **Título IV - Da Administração - Artigo 8º)** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo Primeiro -** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, excetuadas as hipóteses de vacância que deverão ser objeto de divulgação específica ao mercado e para as quais deverão ser tomadas as providências para preenchimento dos respectivos cargos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias. **Parágrafo Segundo -** A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Título V - Do Conselho de Administração - Artigo 9º)** O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 12 (doze) membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, que estender-se-á até a posse dos novos Administradores eleitos, permitida a reeleição. Os membros eleitos escolherão, entre si, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 8º, 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. **Parágrafo Primeiro -** O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate, sendo admitida a participação de qualquer membro, ausente por motivo justificável, por meio de teleconferência ou videoconferência ou por quaisquer outros meios de comunicação que possam garantir a efetividade de sua participação, sendo seu voto considerado válido para todos os efeitos legais. **Parágrafo Segundo -** Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído. **Parágrafo Terceiro -** Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto. **Artigo 10)** Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho: a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções; b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade; c) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; d) aprovar os orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia; e) autorizar a Diretoria a contrair empréstimos, renunciar direitos e transigir em valores que representem responsabilidade superior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia, constante do último balanço aprovado em Assembleia Geral; f) autorizar, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradespar, a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não permanente da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos, constantes do último balanço aprovado em Assembleia Geral ou Reunião de Sócios-Cotistas; g) deliberar sobre: 1) negociação com ações de emissão da própria Sociedade, inclusive a negociação com opções de venda e de compra referenciadas em ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sétimo do Artigo 6º, deste Estatuto Social; 2) emissão, pela Sociedade, de Notas Promissórias e Debêntures Simples, não conversíveis em ações e sem garantia real; h) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário; i) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria; j) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento do limite do Capital Autorizado ou redução do Capital Social integralizado, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão, emissão de debêntures conversíveis em ações e reformas estatutárias da Sociedade; k) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas; l) fixar o voto a ser dado pela Companhia nas Assembleias Gerais e reuniões das Sociedades em que participe como sócia, acionista ou quotista, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia; m) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais; n) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações contábeis submetidos pela Diretoria; o) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos; p) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar a distribuição das verbas de remuneração e previdenciária aos Administradores; q) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados. **Parágrafo Único -** O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos. **Artigo 11)** Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 9º. **Parágrafo Único -** O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar com os demais Conselheiros de quaisquer de suas reuniões. **Artigo 12)** O Conselho reunir-se-á semestralmente e, quando necessário, extraordinariamente por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião. **Título VI - Da Diretoria - Artigo 13)** A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, que estender-se-á até a posse dos novos Administradores eleitos, é composta de 2 (dois) a 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e de 1 (um) a 4 (quatro) Diretores sem designação especial. **Parágrafo Único -** O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores que eleger, o que ocupará a função de Diretor-Presidente, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 8º e os requisitos do Artigo 18 deste Estatuto. **Artigo 14)** Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na alínea "f" do Artigo 10 deste Estatuto. **Parágrafo Primeiro -** Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente. **Parágrafo Segundo -** A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo. **Parágrafo Terceiro -** A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos: a) mandatos com cláusula "ad judicium", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais; c) participação em licitações; d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade; f) em depoimentos judiciais. **Artigo 15)** Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) Diretor-Presidente: I. presidir as reuniões da Diretoria; II. coordenar a atuação dos Diretores sob sua supervisão, acompanhando os respectivos desempenhos; III. fixar os trabalhos a serem desenvolvidos pelos Diretores sem designação especial, no âmbito das atribuições que lhes forem fixadas pelo Conselho de Administração; IV. gerir operacional e administrativamente a Sociedade; V. estabelecer as normas internas e operacionais; VI. propor a submissão de questões ao Conselho de Administração; b) Diretores sem designação especial: I. coordenar e dirigir as atividades de suas respectivas áreas, reportando-se ao Diretor-Presidente; II. colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de seus encargos, prestando suporte administrativo e operacional no desenvolvimento das atividades da Sociedade; III. estruturar os serviços operacionais da Sociedade, de acordo com as normas estabelecidas pelo Diretor-Presidente. **Artigo 16)** A Diretoria fará reuniões ordinárias semestrais, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores em exercício. **Artigo 17)** Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o substituto. **Artigo 18)** Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho. **Título VII - Do Conselho Fiscal - Artigo 19)** O Conselho Fiscal, cujo funcionamento será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. **Título VIII - Das Assembleias Gerais - Artigo 20)** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão conduzidas pelo Presidente do Conselho ou seu substituto estatutário ou, ainda, por pessoa indicada pelo Presidente do Conselho em exercício, que convidará um ou mais acionistas para Secretários. **Título IX - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados - Artigo 21)** O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro. **Artigo 22)** Serão levantados balanços em 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, semestrais ou em menores períodos, inclusive mensais. **Artigo 23)** O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço terá, pela ordem, a seguinte destinação: I. constituição de Reserva Legal; II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral; III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro -** A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes. **Parágrafo Segundo -** Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração, lhe é

...continuação



facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos. **Parágrafo Terceiro** - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo. **Artigo 24)** O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. **Parágrafo Único** - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros

sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 23, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações. **Título X - Da Liquidação - Artigo 25)** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo ao Conselho de Administração da Companhia nomear o liquidante, fixar os seus honorários, determinar o modo de realização da liquidação e as formas e diretrizes a seguir. Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social desta Empresa, contendo a deliberação aprovada na AGE de 15.10.2021. **Bradespar S.A.**



Bradespar S.A.

CNPJ nº 03.847.461/0001-92 – NIRE 35.300.178.360 – Companhia Aberta

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021

Data, Hora, Local: Em 15.10.2021, às 10h, de modo exclusivamente digital, nos termos do Parágrafo 2º-A do Artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, tendo sido considerada como realizada na sede da Bradespar S.A. (“Bradespar” ou “Companhia”), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.450, 9º andar, Bairro Cerqueira Cesar, conforme dispõe o Parágrafo Terceiro do Artigo 4º da Instrução CVM nº 481/2009. **Mesa:** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara. **Quórum de Instalação:** 90,9% do capital social votante. **Presença Legal:** estavam presentes administradores da Companhia e representantes do Conselho Fiscal. **Publicações prévias:** o Edital de Convocação foi publicado em 15, 16 e 17.09.2021, nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo - Caderno Empresarial”, páginas 14, 7 e 13; e “Valor Econômico”, páginas C5, B10 e B9. **Disponibilização de Documentos:** o senhor Presidente informou aos presentes que desde 14.9.2021 encontram-se à disposição dos acionistas e do mercado em geral, nos sites da Companhia (www.bradespar.com.br/Informacoes aos Investidores/Fatos Relevantes), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), além do Edital acima citado, os seguintes documentos: **1)** as propostas do Conselho de Administração para redução do Capital Social e homologação das alterações no valor e no número de ações em que ele se divide; **2)** o Fato Relevante com o detalhamento das características da redução do capital ora proposta, que também discriminou, pormenorizadamente, todas as informações relativas ao aumento do Capital Social, que precedeu a proposta de redução anteriormente citada, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme dispõe o Parágrafo Terceiro do Artigo 6º do seu Estatuto Social, com bonificação em ações, mediante a capitalização de reservas livres existentes, de acordo com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1,295 (um inteiro e duzentos e noventa e cinco milésimos) de nova ação para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de que fossem titulares na data-base de 20.9.2021; e **3)** todas as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, incluindo o Manual para Participação na presente Assembleia. **Procedimentos Preliminares:** Antes de iniciar os trabalhos, o Secretário da Assembleia prestou esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema de participação eletrônica disponibilizado pela Companhia e a forma de manifestação dos acionistas na Assembleia, e informou que (i) os trabalhos da Assembleia seriam gravados, sendo que a cópia da gravação ficará arquivada na sede da Companhia; (ii) os novos documentos que eventualmente viessem a ser apresentados durante a Assembleia, que ainda não tivessem sido disponibilizados publicamente pela Companhia, poderiam ser visualizados simultaneamente por todos os participantes remotos; e (iii) o sistema eletrônico de participação na Assembleia permitia a manifestação dos acionistas sobre os temas objeto da ordem do dia e a comunicação entre si e com a Mesa. **Voto a Distância:** os acionistas participantes da Assembleia dispensaram a leitura do Mapa de Votação Consolidado divulgado ao mercado em 14.10.2021, de acordo com o previsto no Parágrafo Quarto do Artigo 21-W da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada. Relativamente ao disposto no Inciso II do Parágrafo Quinto do citado Artigo 21-W, fica registrado que não houve, por parte dos acionistas participantes, qualquer interesse em alterar o voto proferido a distância. **Deliberações:** Observada a Ordem do Dia da Assembleia, constante do Edital supracitado, os acionistas: **1)** aprovaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, detentores de 111.071.015 ações representativas do capital votante da Companhia, a proposta do Conselho de Administração para reduzir o Capital Social, em conformidade com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, em R\$5.260.000.000,00 (cinco bilhões, duzentos e sessenta milhões de reais), alterando-o de R\$5.760.124.804,30 (cinco bilhões, setecentos e sessenta milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quatro reais e trinta centavos), para R\$500.124.804,30 (quinhentos milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quatro reais e trinta centavos), sem o cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor do capital social da Companhia que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades. Em seguida, esclareceu o senhor Secretário que a redução será concretizada mediante a entrega de investimento de propriedade da Companhia, representado por ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A., companhia aberta, com sede na Praia de Botafogo, 186, 9º andar, Torre Oscar Niemeyer, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 33.592.510/0001-54 (“Vale”), aos acionistas da Bradespar, na proporção de suas respectivas participações societárias no capital social da Companhia, sem distinção entre as ações ordinárias e as ações preferenciais, em quantidade que perfaça o valor total de R\$5.260.000.000,00 (cinco bilhões, duzentos e sessenta milhões de reais), considerando o valor contábil das ações de emissão da Vale, a ser apurado após a divulgação das respectivas informações financeiras trimestrais da Vale e Bradespar, na data-base de 30.9.2021 (“Ações da Vale”); **2)** homologaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, detentores de 111.071.015 ações representativas do capital votante da Companhia, as alterações no valor do Capital Social e no número de ações em que ele se divide, decorrentes dos processos de aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, em 14.9.2021, conforme anteriormente mencionado, e da redução de Capital Social ora aprovada, de modo que, após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para oposição dos credores, previsto no artigo 174 da Lei nº 6.404/76, o “caput” do Artigo 6º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 6º)** O Capital Social é de R\$500.124.804,30 (quinhentos milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quatro reais e trinta centavos), dividido em 393.096.610 (trezentos e noventa e três milhões, noventa e seis mil, seiscentas e dez) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 137.989.898 (cento e trinta e sete milhões, novecentas e oitenta e nove mil, oitocentas e noventa e oito) ordinárias e 255.106.712 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e seis mil, setecentas e doze) preferenciais.”. O Estatuto Social consolidado passou a fazer parte integrante desta Ata como **Anexo; 3)** os acionistas presentes, detentores de 111.071.015 ações representativas do capital votante da Companhia, por unanimidade de votos, concederam autorização, ao Conselho de Administração da Companhia, para tomar todas as providências necessárias à concretização da operação de redução de capital ora aprovada, incluindo, mas não se limitando, à determinação da quantidade de ações de emissão da Vale a ser entregue aos acionistas da Bradespar após a divulgação dos balanços patrimoniais de ambas as Companhias, referentes ao 3º trimestre/2021, sujeito ao limite de R\$5.260.000.000,00, que corresponde ao valor da redução de capital, bem como a consequente fixação da proporção de ações a ser distribuída. Ato contínuo, o Senhor Secretário esclareceu, conforme constou na Proposta da Administração para esta Assembleia Geral, o quanto segue: • o Conselho de Administração da Companhia determinará oportunamente o número de Ações da Vale a ser entregue aos acionistas da Companhia nos termos ora aprovados; • a quantidade de Ações da Vale a ser entregue aos acionistas será sempre em números inteiros, considerando arredondamento para baixo do número inteiro mais próximo; • a Companhia observará o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da Ata desta Assembleia Geral, conforme previsto no Parágrafo Segundo do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76, para que a redução de capital ora aprovada se torne eficaz; • os acionistas da Companhia que se encontrarem inscritos nos seus registros em 16.12.2021 terão direito às ações de emissão da Vale. A partir de 17.12.2021, caso não haja oposição de credores, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas ex-direito ao evento de redução de capital ora aprovado; • os detentores de *Depositary Receipts* (DRs) receberão as Ações da Vale na mesma proporção aplicada aos demais acionistas; • a Companhia divulgará, oportunamente, aviso aos acionistas, para informá-los sobre os procedimentos para operacionalização da redução de capital ora aprovada, inclusive, dentre outros: i. confirmar a data em que as Ações da Vale serão entregues aos acionistas; e ii. informar os documentos que deverão ser entregues pelos custodiantes/representantes legais dos acionistas da Companhia não residentes no Brasil para a apuração do imposto de renda a ser retido na fonte decorrente do ganho de capital por eles eventualmente apurado em decorrência da redução de capital mediante entrega de ações de emissão da Vale, nos termos anteriormente descritos. **Lavratura e Publicação da Ata:** autorizada a lavratura da Ata na forma de sumário, bem como a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas participantes, na forma prevista nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **Aprovação e Assinatura da Ata:** lavrada e lida, foi esta Ata aprovada por todos os acionistas participantes. aa) Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio José da Barbara; Administrador: Fernando Jorge Buso Gomes. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Bradespar S.A. a) Luiz Carlos Trabuco Cappi - Presidente; Antonio José da Barbara - Secretário.

Anexo - Bradespar S.A. - Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede - Artigo 1º) A Bradespar S.A., companhia aberta, doravante chamada Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto. **Parágrafo Único** - Com a admissão da Sociedade, em 26.6.2001, no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sujeitam-se a Sociedade, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 (Regulamento do Nível 1). **Artigo 2º)** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Artigo 3º)** A Sociedade tem sede e foro no município e comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Artigo 4º)** Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Sucursais, Filiais, Escritórios e Dependências de qualquer natureza no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho. **Título II - Dos Objetivos Sociais - Artigo 5º)** A Sociedade tem por objeto a participação como sócia ou acionista de outras sociedades. **Título III - Do Capital Social - Artigo 6º)** O Capital Social é de R\$500.124.804,30 (quinhentos milhões, cento e vinte e quatro mil, oitocentos e quatro reais e trinta centavos), dividido em 393.096.610 (trezentos e noventa e três milhões, noventa e seis mil, seiscentas e dez) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 137.989.898 (cento e trinta e sete milhões, novecentas e oitenta e nove mil, oitocentas e noventa e oito) ordinárias e 255.106.712 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e seis mil, setecentas e doze) preferenciais. **Parágrafo Primeiro** - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores. **Parágrafo Segundo** - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens: a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade; b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias; c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária, integrante do bloco de controle. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia está autorizada a aumentar o seu Capital Social independentemente de reforma estatutária, por deliberação do seu Conselho de Administração, até o limite de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, guardando ou não proporção entre as espécies ou classes existentes, podendo inclusive, até o limite autorizado, emitir bônus de subscrição, fixando as condições de emissão. **Parágrafo Quarto** - O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas, ou reduzir o prazo de 30 (trinta) dias para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: a) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle. **Parágrafo Quinto** - Nos aumentos de capital, será realizada no ato da subscrição a parcela mínima exigida em lei e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais. **Parágrafo Sexto** - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, no Banco Bradesco S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações. **Parágrafo Sétimo** - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, ou negociar com opções de venda e de compra referenciadas em ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria e posterior alienação. **Parágrafo Oitavo** - Não será permitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa. **Artigo 7º)** A Sociedade poderá criar ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos. **Parágrafo Único** - As ações preferenciais, com direito a dividendos fixos ou

mínimos, quando emitidas, adquirirão direito de voto se a Companhia deixar de pagar os referidos dividendos por três exercícios consecutivos, perdendo tal direito assim que a Companhia voltar a distribuir tais dividendos. **Título IV - Da Administração - Artigo 8º)** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo Primeiro** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, excetuadas as hipóteses de vacância que deverão ser objeto de divulgação específica ao mercado e para as quais deverão ser tomadas as providências para preenchimento dos respectivos cargos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias. **Parágrafo Segundo** - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Título V - Do Conselho de Administração - Artigo 9º)** O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 12 (doze) membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, que estender-se-á até a posse dos novos Administradores eleitos, permitida a reeleição. Os membros eleitos escolherão, entre si, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 8º, 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade, no caso de empate, sendo admitida a participação de qualquer membro, ausente por motivo justificável, por meio de teleconferência ou videoconferência ou por quaisquer outros meios de comunicação que possam garantir a efetividade de sua participação, sendo seu voto considerado válido para todos os efeitos legais. **Parágrafo Segundo** - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído. **Parágrafo Terceiro** - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto. **Artigo 10)** Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho: a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções; b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade; c) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; d) aprovar os orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia; e) autorizar a Diretoria a contrair empréstimos, renunciar direitos e transigir em valores que representem responsabilidade superior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia, constante do último balanço aprovado em Assembleia Geral; f) autorizar, nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradespar, a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não permanente da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, quando de valor superior a 1% (um por cento) de seus respectivos Patrimônios Líquidos, constantes do último balanço aprovado em Assembleia Geral ou Reunião de Sócios-Cotistas; g) deliberar sobre: 1) negociação com ações de emissão da própria Sociedade, inclusive a negociação com opções de venda e de compra referenciadas em ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sétimo do Artigo 6º, deste Estatuto Social; 2) emissão, pela Sociedade, de Notas Promissórias e Debêntures Simples, não conversíveis em ações e sem garantia real; h) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário; i) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria; j) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento do limite do Capital Autorizado ou redução do Capital Social integralizado, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão, emissão de debêntures conversíveis em ações e reformas estatutárias da Sociedade; k) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas; l) fixar o voto a ser dado pela Companhia nas Assembleias Gerais e reuniões das Sociedades em que participe como sócia, acionista ou quotista, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia; m) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais; n) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações contábeis submetidos pela Diretoria; o) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos; p) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar a distribuição das verbas de remuneração e previdenciária aos Administradores; q) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados. **Parágrafo Único** - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos. **Artigo 11)** Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão, observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 9º. **Parágrafo Único** - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar com os demais Conselheiros de quaisquer de suas reuniões. **Artigo 12)** O Conselho reunir-se-á semestralmente e, quando necessário, extraordinariamente por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, fazendo lavrar ata de cada reunião. **Título VI - Da Diretoria - Artigo 13)** A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 1 (um) ano, que estender-se-á até a posse dos novos Administradores eleitos, é composta de 2 (dois) a 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e de 1 (um) a 4 (quatro) Diretores sem designação especial. **Parágrafo Único** - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores que eleger, o que ocupará a função de Diretor-Presidente, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 8º e os requisitos do Artigo 18 deste Estatuto. **Artigo 14)** Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na alínea “f” do Artigo 10 deste Estatuto. **Parágrafo Primeiro** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente. **Parágrafo Segundo** - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo. **Parágrafo Terceiro** - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos: a) mandatos com cláusula “ad judicium”, hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais; c) participação em licitações; d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade; f) em depoimentos judiciais. **Artigo 15)** Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) Diretor-Presidente: I. presidir as reuniões da Diretoria; II. coordenar a atuação dos Diretores sob sua supervisão, acompanhando os respectivos desempenhos; III. fixar os trabalhos a serem desenvolvidos pelos Diretores sem designação especial, no âmbito das atribuições que lhes forem fixadas pelo Conselho de Administração; IV. gerir operacional e administrativamente a Sociedade; V. estabelecer as normas internas e operacionais; VI. propor a submissão de questões ao Conselho de Administração; b) Diretores sem designação especial: I. coordenar e dirigir as atividades de suas respectivas áreas, reportando-se ao Diretor-Presidente; II. colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de seus encargos, prestando suporte administrativo e operacional no desenvolvimento das atividades da Sociedade; III. estruturar os serviços operacionais da Sociedade, de acordo com as normas estabelecidas pelo Diretor-Presidente. **Artigo 16)** A Diretoria fará reuniões ordinárias semestrais, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores em exercício. **Artigo 17)** Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o substituto. **Artigo 18)** Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho. **Título VII - Do Conselho Fiscal - Artigo 19)** O Conselho Fiscal, cujo funcionamento será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. **Título VIII - Das Assembleias Gerais - Artigo 20)** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão conduzidas pelo Presidente do Conselho ou seu substituto estatutário ou, ainda, por pessoa indicada pelo Presidente do Conselho em exercício, que convidará um ou mais acionistas para Secretários. **Título IX - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados - Artigo 21)** O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro. **Artigo 22)** Serão levantados balanços em 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, semestrais ou em menores períodos, inclusive mensais. **Artigo 23)** O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço terá, pela ordem, a seguinte destinação: I. constituição de Reserva Legal; II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral; III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro** - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes. **Parágrafo Segundo** - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos. **Parágrafo Terceiro** - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do “caput” deste Artigo. **Artigo 24)** O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. **Parágrafo Único** - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 23, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações. **Título X - Da Liquidação - Artigo 25)** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo ao Conselho de Administração da Companhia nomear o liquidante, fixar os seus honorários, determinar o modo de realização da liquidação e as formas e diretrizes a seguir. Declaramos que a presente é cópia fiel do Estatuto Social desta Empresa, contendo a deliberação aprovada na AGE de 15.10.2021. **Bradespar S.A.**